



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A Sociologia da Globalização na Obra de Octávio Ianni			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Paulo Alves Junior	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	FMU	Celetista
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Herdeira das mudanças instituídas pelas Revoluções Burguesas (XVIII-XIX), a sociologia surge na transição da primeira metade do século XIX, como expressão da “decadência ideológica da burguesia” que não mais identificava na “economia política clássica” um construto teórico que procurava analisar os fenômenos sociais para o entendimento da vida social, a sociologia procura fracionar a vida social e restringir o seu horizonte analítico ao imediatismo das relações societárias. Essa perspectiva segue a tradição científica que procura explicar o mundo de acordo com os interesses da burguesia do século XIX. Nesse sentido, a mudança que procuramos explicitar é decorrente de uma nova perspectiva para os interesses da burguesia mundializada, ou seja, o fim de um cenário social em que a dualidade ideológica deixa de ser marca típica do contexto político mundial.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Globalizada, sociologia, pensamento social			
ABSTRACT			
Heir of the changes instituted by the bourgeois revolutions (XVIII-XIX), the sociology comes in the transition from the first half of the nineteenth century as an expression of ideological decadence of the bourgeoisie" who no longer identified in the "classical political economy" a theoretical construct that seeks to analyze social phenomena to an understanding of social life, sociology seeks to fractionate the social life and to restrict their analytical horizon to the immediacy of corporate relations. This perspective follows the scientific tradition that seeks to explain the world according to the interests of the bourgeoisie of the nineteenth century. Accordingly, we seek to explain the change results from a new perspective to the interests of globalize bourgeoisie, the end of a social setting in which the ideological duality is no longer typical mark of the political world.			
KEYWORDS			
Globalized, sociology, social thought			

O fenômeno da globalização nos parece um acontecimento que se explica pela necessidade da burguesia, que Marx e Engels explicitaram de forma contundente no “Manifesto do Partido Comunista”, de ampliar mundialmente suas potencialidades, segundo eles:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas industriais, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – industriais que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. Os produtos intelectuais de cada

nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial. (MARX e ENGELS, 1993: 70).

A análise precisa do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista feita pelos teóricos do socialismo moderno, aponta para uma característica inevitável do desenvolvimento das forças produtivas, o traço de uma estrutura que conquista “corações e mentes” em escala mundial. Tal conquista necessita, ininterruptamente, ser revolucionária e apresentar, de forma constante, um aperfeiçoamento dos meios de produção, cria-se assim, em escala mundial, os valores civilizatórios da modernidade. Para essa burguesia, a revolução dos meios de produção é a necessidade universal sem a qual ela “não vive”.

As transformações que assinalaram a primeira metade do século XIV e o desenvolvimento do método científico em outros setores do conhecimento humano – para citarmos um exemplo, ficaremos com a matemática e os argumentos de Condorcet¹ – paralelos a sociologia, criaram, esse tempo, as condições práticas e teóricas, históricas e filosóficas para a organização da sociologia como disciplina e, só nesse quadro, ligando a evolução intelectual às condições sociais da liquidação do “*ancien regime*” e da inauguração da era industrial, é possível entender o momento histórico em que a sociologia começou a destacar-se como setor especializado de conhecimento, sistematizando-se como ciência.

Naquela época, o entendimento da análise da vida social, parecia aos contemporâneos um produto do desenvolvimento intelectual do homem, cujo pensamento iluminava os passos da civilização, quando, em verdade, o progresso crescente dos modos de pensar sobre fenômenos cada vez mais complexos eram caudatários das novas formas de pensar e viver.

Herdeira desse contexto, a sociologia surge na transição da primeira metade do século XIX, como expressão da “decadência ideológica da burguesia”² que não mais identificava na “economia política clássica” um construto teórico que procurava analisar os fenômenos sociais para

¹ Segundo Michel Lowy: “Próximo dos fisiocratas e dos clássicos, Condorcet pensa que a economia política pode estar submetida a *precisão do cálculo* e ao método das ciências da natureza. Mas não se limita aos fatos econômicos e passa a generalizar esta *démarche*: o conjunto dos fenômenos sociais está submetido *as leis gerais, necessárias e constantes*, parecidas com as que regem as operações de natureza. Daí, a ideia de uma ciência natural da sociedade ou de uma *matemática social* baseada no cálculo das probalidades”. (LOWY, 1998: 19).

² O autor húngaro Gyorgy Lukács foi quem melhor explicitou esse contexto, segundo ele: “Na época da grande crise da ideologia burguesa, Marx criticou, exaustiva e definitivamente, essa mudança de orientação em todos os campos: na história, na economia, na sociologia, e na filosofia. A decadência posterior, e ainda mais avançada, foi considerada por Marx e Engels digna de uma profunda análise tão somente em casos excepcionais. Em geral, eles se referem corretamente, com desprezo sumário, às sopas ecléticas que são agora preparadas na cozinha da imbecilização ideológica das massas.” (LUKÁCS, 2010:61).

o entendimento da vida social, a sociologia procura fracionar a vida social e restringir o seu horizonte analítico ao imediatismo das relações societárias. Essa perspectiva segue a tradição científica que procura explicar o mundo de acordo com os interesses da burguesia do século XIX. Nesse sentido, a mudança que procuramos explicitar é decorrente de uma nova perspectiva para os interesses da burguesia mundializada, ou seja, o fim de um cenário social em que a dualidade ideológica deixa de ser marca típica do contexto político mundial.

O fim do “Socialismo realmente existente”, cenário histórico em que persistiu o princípio de enfrentamento ideológico entre as duas grandes potências, que acabou instituindo uma necessária discussão a respeito dos rumos que a sociologia devia tomar a partir de um contexto marcadamente de mudança política social. O sociólogo paulista Octávio Ianni afirmava tratar-se de um “cenário de transformações profundas.” Pautado por modificações expressivas, como a implosão do “Leste Europeu” e dos Estados que o representavam, devido ao colapso econômico que levaram a dissolução do regime comunista³. Seria a “missão” para o sociólogo realizar uma autocrítica das potencialidades como “cientista da realidade social” (IANNI, 1997).

Não se trata de afirmar que a sociologia está em crise, como se a crise fosse algo alheio à lógica do pensamento científico. É claro que há épocas em que a sociologia parece mais ou menos em paz consigo mesma, como se o seu objeto e método estivessem estabelecidos; assim como há épocas em que ela aparece mais ou menos em guerra com ela mesma, como se o seu objeto e método de repente fossem questionados radicalmente. A verdade é que ela está sempre em causa, altos e baixos. Mais que isso, a sociologia tem a peculiaridade de sempre questionar-se, discutindo seu objeto e método. As controvérsias teóricas e epistemológicas são bastante sintomáticas desse contínuo ou periódico questionarem-se todas as obras mais notáveis da sociologia, em toda a sua história, são precisamente a demonstração de que sempre se pensa criticamente, ainda que em diferentes orientações.

A mudança posta por uma nova sociabilidade, resultado de transformações da transição do século XX para o XXI, aponta para um novo caminho que, aqueles preocupados com a análise da tradição sociológica crítica, são de necessária compreensão, pois um dos seus elementos mais significativos é o aparecimento de novos temas, tais como: aldeia global, fábrica global,

³ Segundo Eric J. Hobsbawm: “(...) O colapso econômico tornou-se irreversível dentro de uns poucos meses cruciais entre outubro de 1989 e maio de 1990. Contudo, os olhos do mundo na época estavam fixos num fenômeno relacionado mas secundário: a súbita dissolução dos regimes comunistas satélites na Europa, mais uma vez imprevista. Entre agosto de 1989 e o fim daquele ano, o poder comunista abdicou de existir na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e República Democrática Alemã – sem que sequer um tiro fosse disparado, a não se na Romênia,. Pouco depois, os dois Estados balcânicos que não eram satélites soviéticos, Iugoslávia e Albânia, também deixaram de ser regimes comunistas. A República Democrática Alemã logo seria anexada à Alemanha Ocidental e a Iugoslávia logo se desfaria em guerra civil. O processo foi visto não só nas telas de televisão do mundo ocidental como também, com muita atenção, pelos regimes comunistas em outros continentes.” (HOBSBAWM, 1995: 471.

sistema mundial, economia-mundo, modernidade-mundo entre outros.⁴ Entre os fenômenos que melhor explicam a nova condição social que a humanidade esta lançada e a mundialização do capitalismo, compreendendo uma nova divisão internacional do trabalho e da produção. Segundo François Chesnais:

A expressão “mundialização do capital” exprime, na falta de termo melhor, o fato de estarmos dentro de um novo contexto da liberdade total do capital para desenvolver e valorizar-se, deixando de submeter-se aos entraves e limitações que fora obrigado a aceitar no período pós-1945, principalmente na Europa. Esse capitalismo “liberto” dos entraves que o limitaram durante 40 e 50 anos não é, de forma alguma, um capitalismo renovado. Ele simplesmente reencontrou a capacidade de exprimir brutalmente os interesses de classe sobre os quais está fundado. A expressão “agonia do capitalismo” continua tão atual quanto em 1938, mas comporta ainda mais claramente a ideia, que já trazia, de que a agonia do capital pode tornar-se sinônima de agonia da sociedade humana como tal, se esta sofrer uma prolongada incapacidade histórica de superar um sistema que há muito já deu tudo o que tinha que dar de positivo. (CHESNAIS, 1997).

No cenário descrito por Chesnais, identifica-se a condição atual da sociologia, no seu papel de “consciência científica da realidade social.” Ela acaba expressando o entendimento que a sociedade desenvolve a propósito de sua organização e seu funcionamento, refletindo o modo pelo qual ela se produz e reproduz, forma e transforma. “Mas a sociedade não é única, idêntica, mesma.” A sociologia deve, portanto, repensar suas perspectivas, “realizar um balanço crítico das suas realizações, focalizar os seus impasses e imaginar as suas potencialidades como forma de autoconsciência científica da realidade social.” (IANNI, 1997)

Para compreender o mundo em que a globalização dos fenômenos políticos sociais ganha amplitude, a sociologia integra-se nessa nova era, sendo responsável em elucidar as contradições que se aprofundam e tornam-se, cada vez mais, complexas. Os desafios criados com a formação da sociedade global não só representam uma nova realidade como também criam novos desafios metodológicos e teóricos. Até mesmo alguns dos fundamentos epistemológicos da sociologia podem ser repensados ou inovados, quando a reflexão se depara com as configurações e os movimentos da sociedade global. Neste sentido é que o globalismo se constitui no novo emblema da sociologia.

Cabe destacar que a mudança mencionada, tem um caráter histórico que explica o a transição que a sociedade fraturada ideologicamente – contexto da Guerra Fria –, viu surgir com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS em 1991. As mudanças instituídas pelos

⁴ Octávio Ianni amplia a discussão de modernidade-mundo, segundo o autor: “A formação da sociedade global reabre a problemática da modernidade em suas implicações filosóficas, científicas e artísticas. No âmbito da globalização de coisas, gentes e ideias, modificam-se os quadros sociais e mentais de referência. Tudo que é evidentemente local, nacional e regional revela-se também global. As relações, os processos e as estruturas características da globalização incutem em praticamente todas as realidades preexistentes novos significados, outras conotações”. (IANNI, 1999: 2005).

acontecimentos descritos, criaram uma nova forma interpretativa nos acontecimentos que levariam ao desmoronamento do sistema política do Leste Europeu. O denominado “socialismo real existente”, definição atribuída aquele espaço política-geográfico que fora resultado da 2ª Grande Guerra Mundial, entrava em erupção a crise econômica, acompanhada de uma forte burocratização que sufocava o Estado, mostrava os limites da proposta política dos “países do Leste”.

A discussão de Octávio Ianni realizada a partir dos anos de 1990, principalmente a partir de 1992 com a publicação de “A sociedade global” procura identificar a particularidade do fenômeno da globalização. No primeiro texto que procurou discutir essa problematização, sua análise ficou centrada no alcance central do capitalismo a partir da fragmentação do “socialismo real”. Octávio Ianni explica que:

O alcance mundial do capitalismo, que se esboça desde os seus primórdios desenvolve-se de maneira particularmente aberta no século XX. E adquire novas características na época iniciada com o término da Segunda Guerra, quando a emergência de estruturas mundiais de poder, e influência anunciam a redefinição e o declínio do Estado-Nação. (IANNI, 2003)

O sociólogo paulista define o cenário de consolidação da globalização como de um processo sócio-histórico, marcado de forma definitiva pelo avanço do sistema capitalista para o, até então, mundo oriental aliado da URSS, forma explicativa das relações da política internacional e o papel do Estado-Nação ao longo dos anos da Guerra Fria. A mudança desse papel do Estado, que deixa de ser o bem estar social, passando a procura de adaptação das economias nacionais às exigências da economia mundial, tornando-se uma fonte de transmissão da economia mundial a economia nacional. Nesse sentido:

A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha. Enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência. Por isso, há nações e continentes nos quais a globalização pode desenvolver-se ainda mais, tema ainda espaços a conquistar. Este é o caso da África e da América Latina. (IANNI, 2003: 41).

A criação de um mundo integrado acaba gestando uma “sociedade civil mundial” em que, a definição chave até então para definição de espaços muito bem assentados no que diz respeito aos limites institucionalizados de cada Nação se desfaz, passávamos a presenciar o surgimento de um novo estágio da humanidade, pautado por concepções e definições que procuram formas explicativas de suas prerrogativas. Temos, portanto, em escala crescente uma desterritorialização. Essa característica ganha uma conotação central para Ianni.

A noção de Estado supranacional pode ser apenas uma metáfora. Acontece que o pensamento científico ainda se acha surpreendido pelas novas características da realidade social. Ainda não assimilou a metamorfose da sociedade nacional em sociedade global. (...) O Estado-Nação não só é redefinido, mas perde algumas das suas prerrogativas econômicas, políticas e culturais e sociais, debilitando-se. Aos poucos, algumas dessas prerrogativas aparecem nas decisões

das atividades de empresas multinacionais e organizações multilaterais. O que tradicional e reconhecidamente localizado em países, ou suas capitais, se desterritorializa. (IANNI, 2003: 41).

Dessa forma, Ianni aponta para condições que acabam caracterizando uma Nova Ordem Social, em que a mudança do cenário geopolítico implica na mudança das questões que envolviam a tradicional polaridade ideológica, com o fim do “socialismo realmente existente” entravamos numa era em que a luta de classes deveria ser explicada pela desterritorialização.

A partir do momento em que os aspectos que caracterizam a globalização se ampliam, temos como a dispersão dos pontos de referência, dando a impressão de que se “deslocam, flutuam e se perdem”. Mesmo os grandes centros decisórios mundiais mais fortes e significativos não confirmam de forma unilateral essa supremacia. O fenômeno que melhor explica tal particularidade é que as fronteiras se dissolvem. Ianni afirma que:

(...) A verdade é que declina o Estado-Nação, mesmo o metropolitano, dispersando-se os centros decisórios por diferentes lugares, empresas, corporações, conglomerados, organizações e agências transnacionais. Globalizam-se perspectivas e dilemas sociais, políticos, econômicos e culturais. No âmbito da economia, com as suas implicações sociais, políticas e culturais, o processo de globalização continua a desenvolver-se, ainda que intensificando-se, arrefecendo ou mesmo se distorcendo. Põe de modo claro a progressiva subordinação do Estado-nação aos movimentos e às articulações do capital. Ou melhor a dinâmica do capital revela-se diferente da dinâmica do Estado-Nação, seja ele dependente, associado ou dominante. São nítidos os indícios de que os aparelhos estatais nacionais são também agências da economia política mundial. Frequentemente dobram-se as exigências das relações, processos e estruturas que articulam a sociedade global. A formação sócio-econômica, política e cultural nacional revela-se um momento importante, mas subordinado, da formação sócio-econômica, política e cultural global.” (IANNI, 2003: 92)

Essa nova formação ambígua, porém irreversível na atual estrutura, sócio-econômica, mas também cultural e política, corrobora para que a formação clássica de um sistema de metas tipicamente nacional seja, cada vez mais, secundária, perdendo seu horizonte como finalidade nacional para um conjunto de medidas que estariam alinhadas ao projeto global. Não mais explicamos relações básicas pela conceituação do Estado-Nação, essa abstração não mais codifica as relações societárias, entravamos em outra esfera, o fim dos limites territoriais, não em seu sentido territorial exclusivamente, a um novo contexto que explica a desterritorialização por que passa a “sociedade global”.

A discussão torna-se inevitável, pois somente com a mundialização das relações típicas do mundo globalizado, temos aí o início de um processo que reordena as noções que marcaram a ciências sociais para o entendimento do Estado-Nação e a problematização da “questão nacional”, perde terreno, a conceituação de espaço, não podem mais serem tomadas como

elementares, institui-se novas marcas explicativas desse cenário em que a desterritorialização torna-se um fenômeno incontestado. O sociólogo Renato Ortiz, explica que:

O debate sobre a questão nacional pode ser feito sob diversos ângulos. Há um, entretanto, que merece ser considerado, pois ele permite entendermos o passado recente à luz das condições atuais. Eu me refiro à categoria de espaço. Ela se transforma radicalmente no contexto da mundialização da cultura. Digo espaço no sentido amplo do termo, envolvendo desde a vida cotidiana até o processo de construção de identidades. Não cabe nessa visão sintética do problema alongar-me sobre essas mudanças, mas penso que elas possuem um valor heurístico para a discussão atual. Longe de vivermos um momento de “esvaziamento” do espaço, seria mais correto dizermos que ele passa por uma fase de redefinição radical. Dentro desta perspectiva, o espaço nacional é uma, entre várias outras, de suas dimensões mais amplas. (ORTIZ, 1997: 39).

A globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias. Sem prejuízo de suas origens, marcas de nascimento, determinações primordiais, adquirem algo de descolado, genérico, indiferente. Tudo tende a desenraizar-se, modificar sua estrutura anterior ao uma mais moderna: “mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa, agência, *know-how*, projeto, publicidade, tecnologia etc”. Apesar das marcas originais, da ilusão da origem, tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Aos poucos, predomina o espaço global em tempo principalmente presente.

Nas assertivas de Octávio Ianni:

O desenvolvimento do novo e surpreendente processo de *desterritorialização*, uma característica essencial da sociedade global em formação. Formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação. Estão presentes em muitos lugares, nações, continentes, parecendo flutuar por sobre Estados e fronteiras, moedas e línguas, grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos. O conceito de desterritorialização aplica-se não apenas a óbvios exemplos como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. (IANNI, 2003: 95)

Cabe ressaltar que a conceituação não explica, ou pelo menos é restrita, o desenvolvimento das forças produtivas a partir da revolução tecnológica que caracterizou a produção no final do século XX. A pertinência da discussão a respeito da mudança das fronteiras e entendimento do que pode ser o elemento primordial, o que acaba constituindo o explicando em grande medida a lógica de uma ordem social, não existe autonomia no desenvolvimento do capitalismo em sociedades que mantem uma estrutura política arbitrária a autonomia do Estado. Entende-se que o fenômeno da mundialização do capital, em sua esfera de não permitir “autonomia do Estado”. Nesse sentido, não me parece muito convincente a ideia que o conceito de desterritorialização seja aplicável a amplos segmentos da sociedade, sua pertinência quando ao

entendimento da “mundialização do capital”, já da margem significativas do pertinência da análise de Octávio Ianni, dessa forma:

Também as ciências sociais são levadas neste movimento. Formam-se multinacionais da sociologia, economia, ciência política, antropologia, história, geografia, psicologia, psicanálise, linguística, educação e outras ciências. O diálogo entre intelectuais, correntes de pensamento, instituições de ensino e pesquisa, intensifica-se e generaliza-se. Os centros e institutos de pesquisa multiplicam-se em todos os países, desenvolvendo suas relações recíprocas, com base em projetos de pesquisa envolvendo países e continentes, recursos financeiros em diferentes moedas, equipes multidisciplinares, sistemas de informática, pesquisadores seniores e juniores. O método comparativo adquire ampla vigência na esteira de mundialização, provocando reflexões sobre suas virtudes e limitações. No âmbito da sociedade global, as ciências sociais são massivamente engajadas em projetos de estudos comparativos. Comparam-se sociedades, problemas e setores sociais nacionais. Comparam-se aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, de modo a descobrir-se continuidades e descontinuidades, formas de subdesenvolvimento e estilos de desenvolvimento, condições de industrialização e processos de urbanização, tendências de secularização e modos de modernização.

Surge à concepção de intelectual cosmopolita que acaba representando, como oriundo de uma intelectual cosmopolita, que não mais se restringe a análise social somente com as peculiaridades locais, torna-se um intelectual-mundo, sua existência reproduz a ideia básica de desterritorialização, pois não está mais restrito a um setor e uma única instituição. Esse intelectual volta-se aos interesses de grandes corporações do capital, sua capacidade reflexiva serve para “pensar para os capitais” representantes mais definidos da demanda da sociedade global. Segue a afirmação de Ianni:

Multiplicam-se as instituições, acadêmicas ou não, públicas e privadas, nas quais se preparam intelectuais de todos os níveis, em diferentes especialidades, com sofisticado treinamento, destinados às tarefas da internacionalização. Nestes programas, combinam-se os interesses de governos de países dominantes, associados e dependentes, bem como de empresas privadas nacionais e multinacionais, além de organizações públicas multilaterais. (IANNI, 2003: 97).

A intelectualidade desterritorializada já provava trajes de funcionário, administrador ou conselheiro. Preparava seu próprio assalto ao poder e se redescobria como portadora privilegiada da democracia, agora como uma espécie de religião “universal”. O novo rito incluiu a mistificação da sociedade civil, como se esta não fosse o próprio paradigma da sociedade burguesa, do individualismo, do egoísmo convertido em “direito”, da propriedade privada como princípio supremo. Um século e meio depois de a esquerda descobrir o segredo da desigualdade real por

detrás da igualdade formal, quem abandonava a esquerda fazia desta última um motivo de infinita demagogia e opunha, de forma reacionária, o indivíduo à sociedade, o cidadão à massa, ou seja, a burguesia e sua sociedade à luta pela liberdade.

Multiplicam-se as instituições, acadêmicas ou não, públicas e privadas, nas quais se preparam intelectuais de todos os níveis, em diferentes especialidades, com sofisticado treinamento, destinados às tarefas da internacionalização. Nestes programas, combinam-se os interesses de governos de países dominantes, associados e dependentes, bem como de empresas privadas nacionais e multinacionais, além de organizações públicas multilaterais. Entende-se, dessa forma, a necessidade de se preparar novos pesquisadores, capazes de compreender a língua, história, cultura e instituições contemporâneas das sociedades estrangeiras. Tal programa destina-se a atrair os realmente melhores estudantes, especialmente em economia, ciência política e sociologia, desde o primeiro estágio em seus cursos de graduação, quando podem ser induzidos a considerar a profissão de pesquisador sobre o atual contexto da “sociedade global”.

Bibliografia:

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. SP: Xamã, 1996.

FERREIRA, L. da C. (org.) *A sociologia no horizonte do século XXI*. SP: Boitempo, 1997.

HOBBSBAWM, E. J. *Era dos Extremos*. SP: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. *A sociedade global*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, 11ª edição.

_____. *Teorias da globalização*, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *A sociologia numa época de globalismo*, In: FERREIRA, L. da C. (org.) *A sociologia no horizonte do século XXI*. SP: Boitempo, 1997, pp. 13-25.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, SP: Cortez, 1998, 5ª edição.

LUKÁCS, G. *Marx e o problema da decadência ideológica*. In: *Marxismo e teoria da literatura*. SP: Expressão Popular, 2010, 2ª edição.

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis/RJ:Vozes, 1993, 5ª edição.

ORTIZ, R. *Anotações sobre a mundialização e a questão nacional*. In: FERREIRA, L. da C. (org.) *A sociologia no horizonte do século XXI*. SP: Boitempo, 1997, pp. 36-45.